

GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

Comissão de Tributos Indiretos
23 de Maio de 2019

Agenda

- **2ª Pesquisa de Compliance Tributário Federal**
 - ❑ Apresentação e validação dos resultados

- **Reforma Tributária**
 - ❑ Update das Propostas e dos trabalhos do GT

- **Outros temas de interesse dos Associados**

GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

**II Pesquisa de *Compliance* Tributário Federal
2019**

Sumário

- **Objetivos e Metodologia**
- **Caracterização da Amostra**
- **Resultados:**
 - **Por Tributo**
 - **Por Etapa**
 - **Comparativos com a Pesquisa anterior (2014)**

Objetivos e Metodologia

➤ Objetivos:

- Mensurar a demanda média de **Horas anuais** e de **Pessoas envolvidas** nas etapas de *compliance* tributário, **por Entidade Legal**.
- Mensurar a demanda média de **Horas** e de **Pessoas envolvidas** na **implementação** do E-Social e da EFD-Reinf.

➤ Metodologia:

- Método de coleta de dados: **Questionário** – dividido em sete blocos:
 - IRPJ e CSLL
 - PIS e COFINS
 - IPI
 - Retenções na Fonte
 - Contribuições Previdenciárias
 - CND
 - Gestão do Contencioso Administrativo
- **Entrevistas**, quando necessário.
- Quantidade de pessoas: Não foi utilizado o conceito de **FTE – Full Time Equivalent**.
- Informações com base em **uma entidade legal (CNPJ raiz)** da pessoa jurídica.
- **Quantidade de estabelecimentos** e nível operacional livre para o respondente.
- **Período de aplicação** do questionário: Novembro de 2018 a Abril de 2019.

Objetivos e Metodologia

➤ Conceitos adotados:

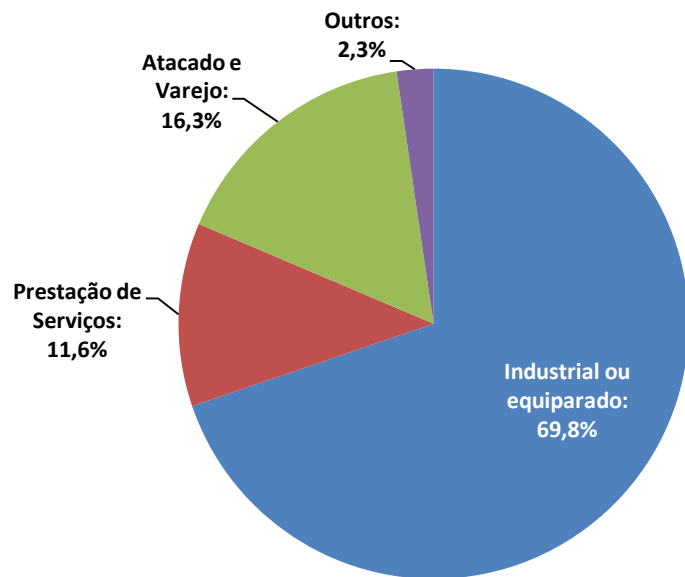
- **Apuração:** corresponde à (i) pesquisa, consulta, monitoramento e interpretação da legislação tributária, a sua implementação em ambiente sistêmico e aplicação nos negócios e operações; (ii) cálculo e revisão do cálculo dos tributos, incluindo a escrituração de documentos fiscais; (iii) gestão de controles auxiliares; inclusive, a contratação de consultorias externas para realizar os referidos trabalhos;
- **Cumprimento de obrigações acessórias:** abrange a geração de arquivos, preenchimento, análise de consistência, validação, revisão final e transmissão das obrigações acessórias, inclusive a contratação de consultorias externas para realizar os referidos trabalhos;
- **Pagamento/Compensação:** compreende todos os procedimentos para o pagamento e/ou compensação de tributos, tais como: preenchimento de guias de recolhimento, bem como a elaboração, análise de consistência, validação, revisão final e entrega de Pedidos de compensação, restituição ou ressarcimento de tributos, em papel ou por meio eletrônico.

➤ Limitações:

- Obrigações acessórias “**compartilhadas**” (Ex: EFD-ICMS/IPI): resultado pode estar influenciado por **tributos não abrangidos** pela pesquisa.
- Alguns resultados aglutinados consideram apenas o **número de horas**.
- **Respostas com base em estimativas** cujo critério não pôde ser avaliado: premissa de única entidade legal pode não ter sido observada em alguns casos.
- Análise estatística para **identificação de outliers**: dados desprezados das amostras com o intuito de depurar sua qualidade, eliminar discrepâncias e mitigar distorções no cálculo das médias.
- **Respostas em branco ou “zero”** foram desconsideradas.
- Obtenção de **resultados aglutinados**: método “**média das somas**”: rearranjo e aglutinação de resultados para obtenção de nova amostra.
- Alguns resultados aglutinados e globais estão divulgados de **maneira aproximada**, utilizando o método “**soma das médias**”.

Caracterização da Amostra

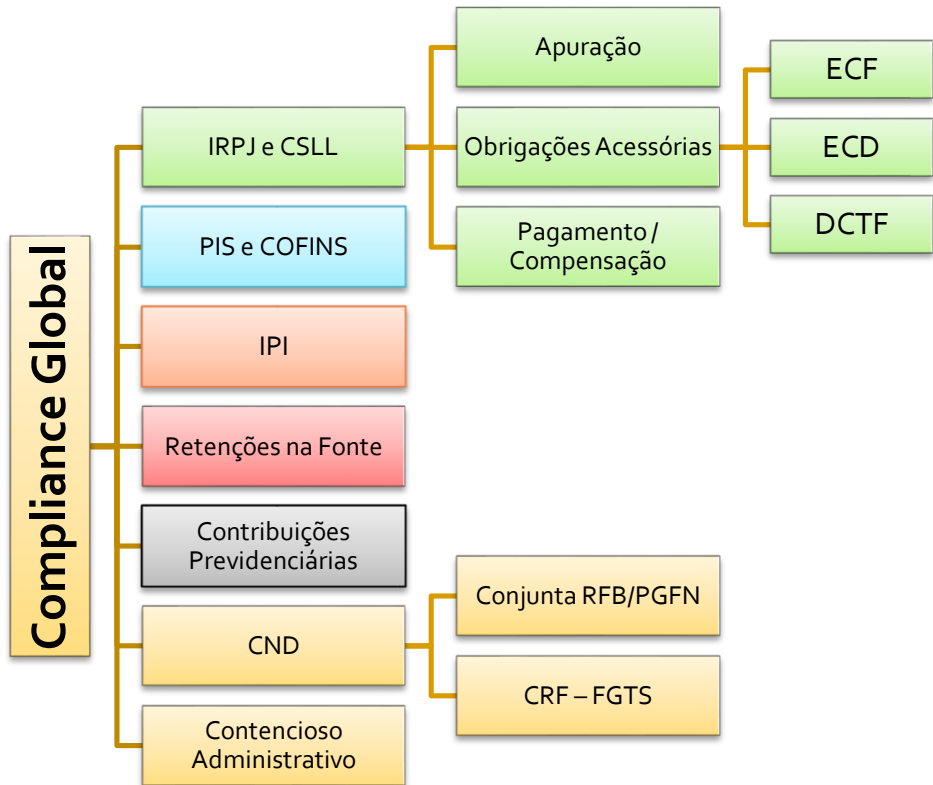
- Participação: 43 empresas (61% dos associados)



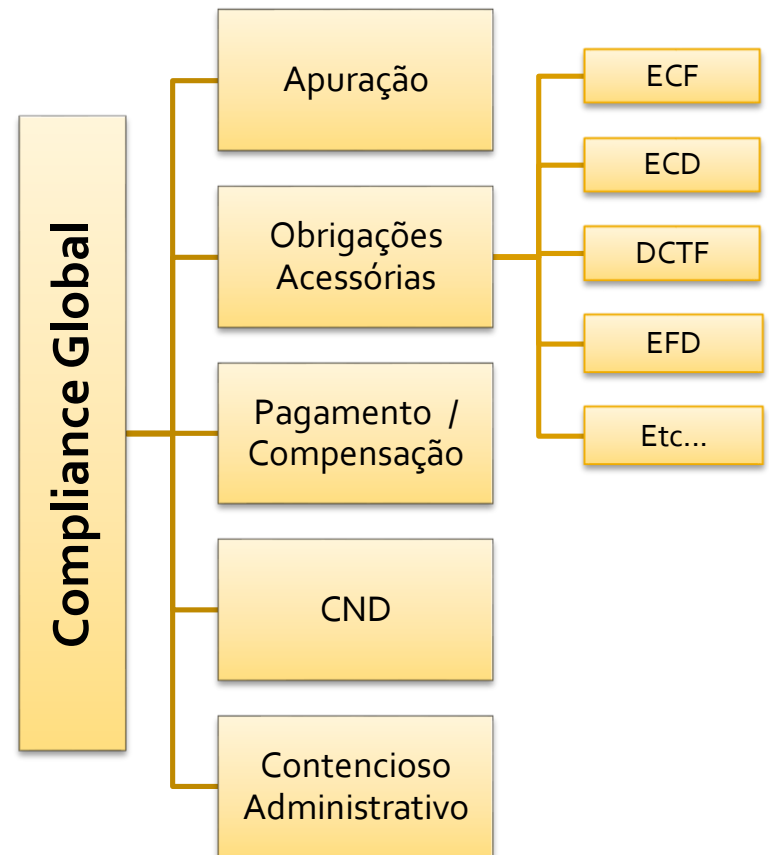
Empresa Média da Pesquisa	2019	2014	Variação %
Receita Bruta Anual (R\$ bilhões)	15,5	8,4	85%
Nº de Empregados	9.952	6.976	43%
Nº de Empregados em SG&A	426	296	44%
Nº de Empregados na Área Tributária	45	35	29%
Nº de Filiais / Estabelecimentos	90	58	55%

Estrutura dos Resultados

Por Tributo:



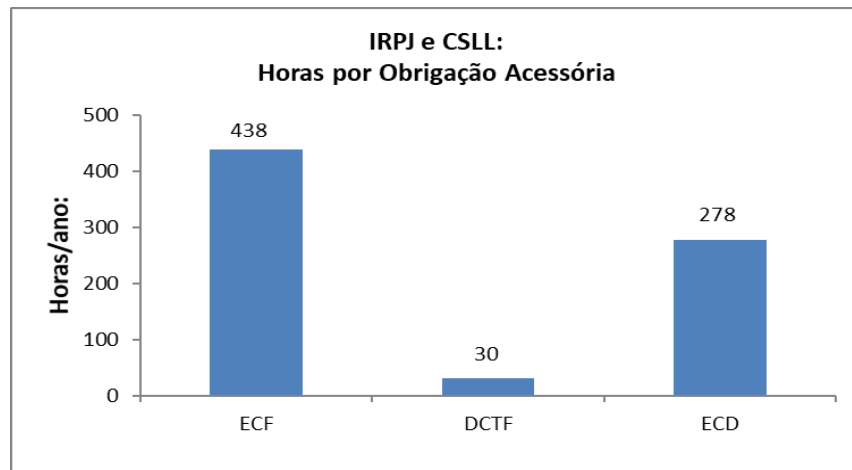
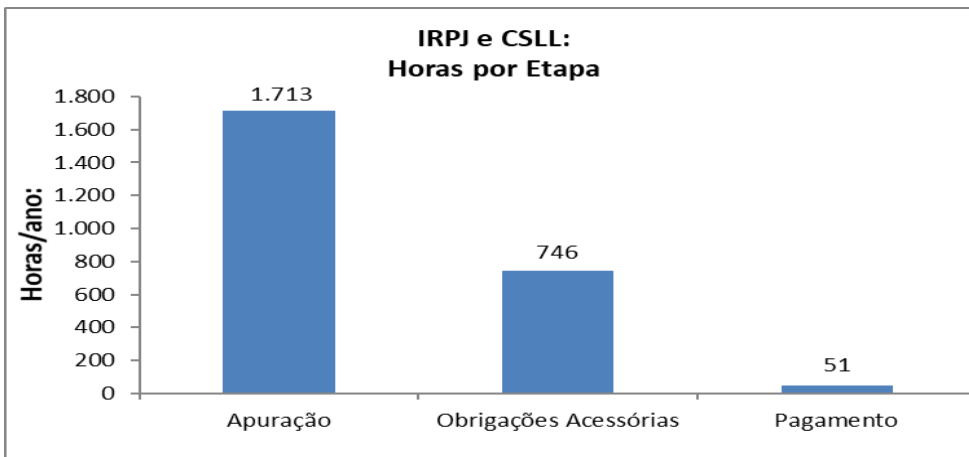
Por Etapa:



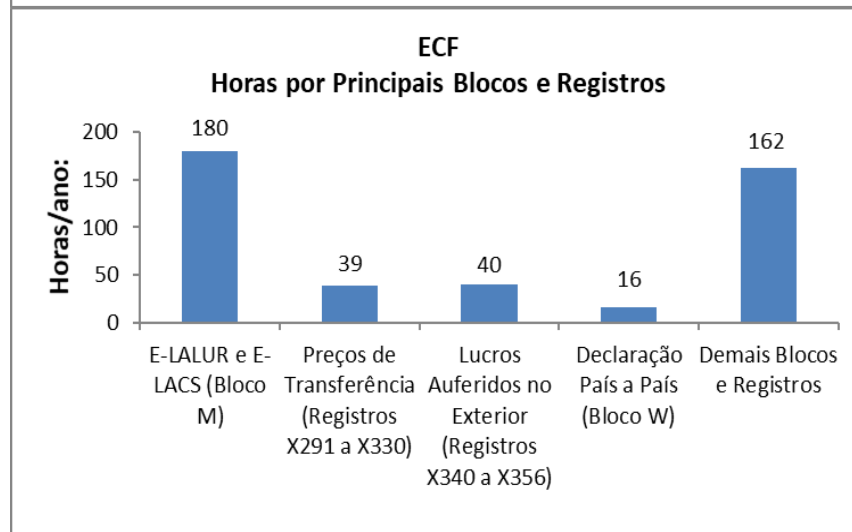
IRPJ e CSLL

GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS



Posição	Dificuldades	Classificação Média
1ª	Adaptação e adequação de sistemas	6,42
2ª	Complexidade da obrigação	6,12
3ª	Complexidade da legislação	5,86
4ª	Complexidade dos processos e controles internos	5,60
5ª	Obrigações simples, porém com grande volume de informações	3,86
6ª	Acúmulo de declarações com mesma data de entrega	3,56
7ª	Prazo exíguo entre a elaboração e a entrega	3,12
8ª	Não há dificuldades relevantes	1,47



Atividade	Pessoas alocadas
Apuração	3,8
Obrigações Acessórias:	
ECF	3,9
DCTF	1,9
ECD	3,1
Pagamento	2,0

IRPJ e CSLL

Resultado Comparativo (2014)

Quadro Comparativo - IRPJ e CSLL: Horas por ano

Atividade		2014 Horas/ano		2019 Horas/ano	Varição %
Compliance de IRPJ e CSLL		4,3 mil		2,5 mil	-42%
Apuração		3.419		1.713	-50%
Vigentes em 2014		806	Vigentes em 2019	746	-7%
Obrigações Acessórias:	DIPJ, LALUR e FCONT	485	ECF	438	-10%
	DCTF	17	DCTF	30	76%
	ECD	304	ECD	278	-9%
Pagamento		68		51	-25%

Quadro Comparativo - IRPJ e CSLL: Pessoas envolvidas

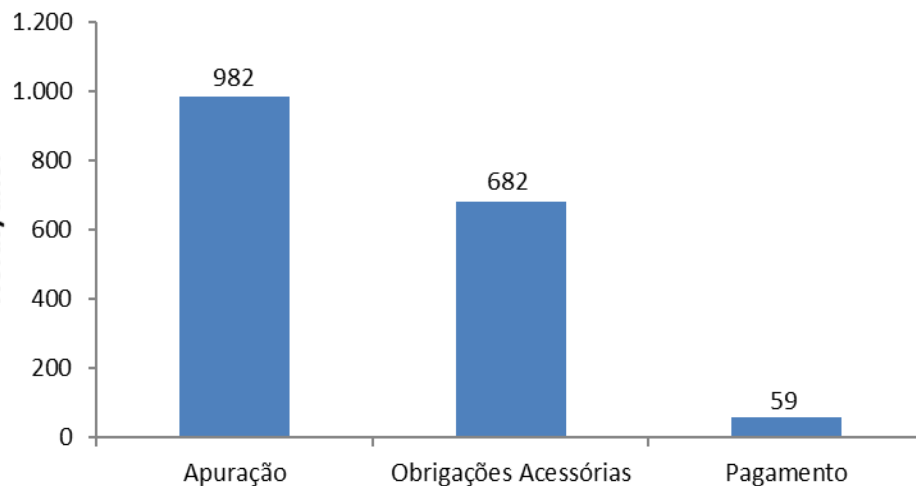
Atividade		2014 Pessoas		2019 Pessoas	Varição %
Apuração		4,3		3,8	-12%
Vigentes em 2014			Vigentes em 2019		
Obrigações Acessórias:	DIPJ	3,0	ECF	3,9	30%
	LALUR	1,9			N/A
	FCONT	1,9			N/A
	DCTF	1,7	DCTF	1,9	12%
	ECD	2,4	ECD	3,1	29%
Pagamento		2,4		2,0	-17%

PIS e COFINS

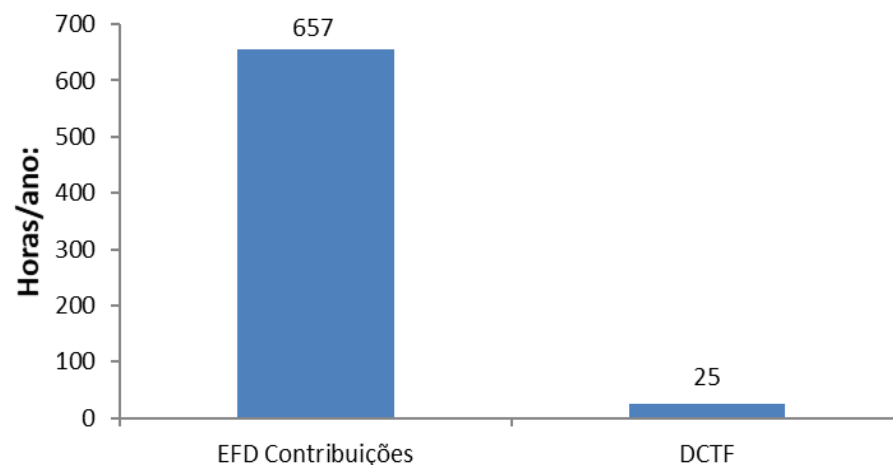
GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

PIS e COFINS
Horas por Etapa



PIS e COFINS
Horas por Obrigação Acessória



Posição	Dificuldades	Classificação Média
1ª	Adaptação e adequação de sistemas	6,35
2ª	Complexidade da legislação	6,23
3ª	Complexidade da obrigação	6,00
4ª	Complexidade dos processos e controles internos	5,86
5ª	Obrigações simples, porém com grande volume de informações	3,70
6ª	Acúmulo de declarações com mesma data de entrega	3,28
7ª	Prazo exíguo entre a elaboração e a entrega	3,21
8ª	Não há dificuldades relevantes	1,37

Atividade	Pessoas alocadas
Apuração	2,7
Obrigações Acessórias:	
EFD Contribuições	2,1
DCTF	1,8
Pagamento	2,1

PIS e COFINS

Resultado Comparativo (2014)

Quadro Comparativo - PIS e COFINS: Horas por ano

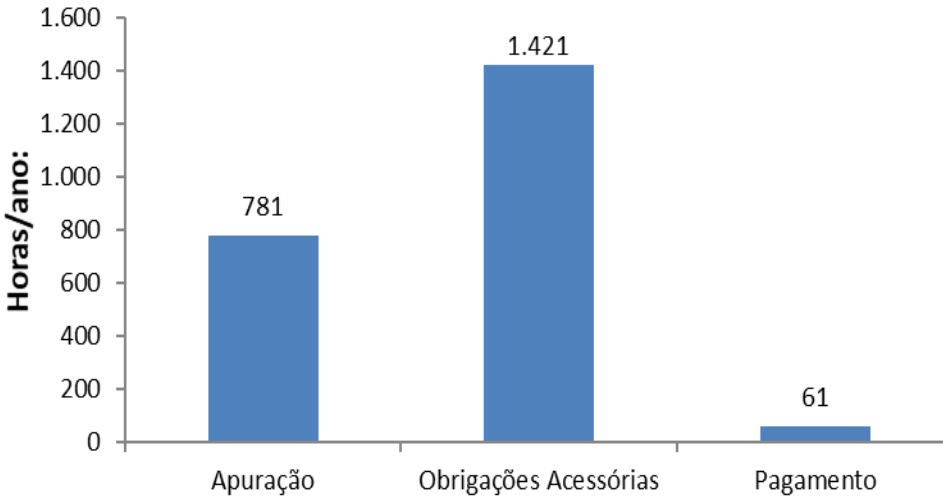
Atividade		2014 Horas/ano		2019 Horas/ano	Variação %
Compliance de PIS e COFINS		2 mil		1,7 mil	-13%
Apuração		973		982	1%
Obrigações Acessórias:		Vigentes em 2014	Vigentes em 2019		
	EFD-Contribuições	929	EFD-Contribuições	657	-29%
	DCTF	31	DCTF	25	-19%
Pagamento		56		59	5%

Quadro Comparativo - PIS e COFINS: Pessoas envolvidas

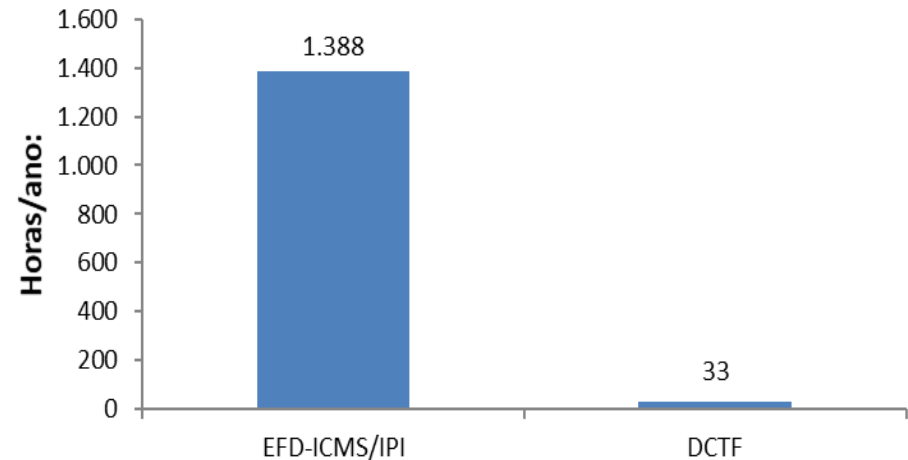
Atividade		2014 Pessoas		2019 Pessoas	Variação %
Apuração		3,3		2,7	-18%
Obrigações Acessórias:		Vigentes em 2014	Vigentes em 2019		
	EFD-Contribuições	2,3	EFD-Contribuições	2,1	-9%
	DCTF	1,6	DCTF	1,8	13%
Pagamento		1,9		2,1	11%

IPI

IPI
Horas por Etapa



IPI
Horas por Obrigação Acessória



Posição	Dificuldades	Classificação Média
1º	Complexidade da legislação	6,67
2º	Adaptação e adequação de sistemas	6,43
3º	Complexidade da obrigação	6,07
4º	Complexidade dos processos e controles internos	5,83
	Prazo exíguo entre a elaboração e a entrega	3,30
5º	Obrigações simples, porém com grande volume de informações	3,30
	Acúmulo de declarações com mesma data de entrega	3,30
6º	Não há dificuldades relevantes	1,10

Atividade	Pessoas alocadas
Apuração	6,5
Obrigações Acessórias:	
EFD Fiscal	4,9
DCTF	2,0
Pagamento	2,4

IPI

Resultado Comparativo (2014)

Quadro Comparativo - IPI: Horas por ano

Atividade		2014 Horas/ano		2019 Horas/ano	Varição %
Compliance de IPI		3 mil		2,3 mil	-23%
Apuração		1.079		781	-28%
Vigentes em 2014		1.805	Vigentes em 2019	1.421	-21%
Obrigações Acessórias:	EFD-ICMS/IPI	1.724	EFD-ICMS/IPI	1.388	-19%
	DCTF	30	DCTF	33	10%
	DIPJ - Fichas de IPI	51			-100%
Pagamento		55		61	11%

Quadro Comparativo - IPI: Pessoas envolvidas

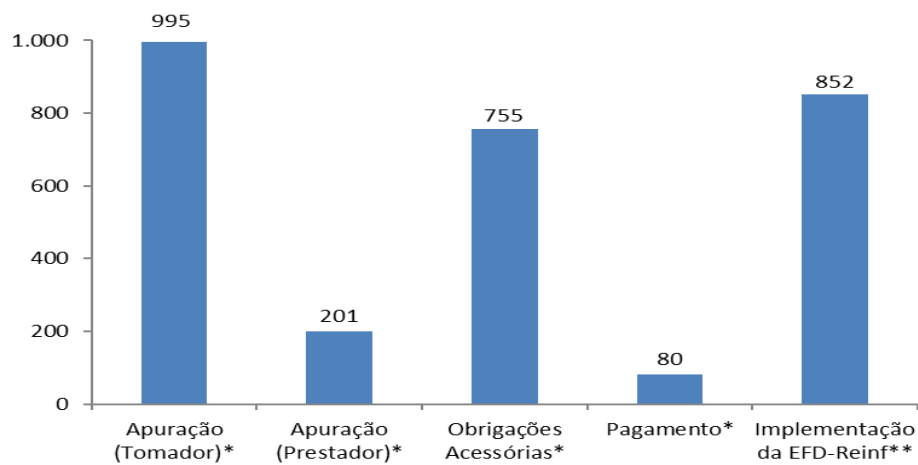
Atividade		2014 Pessoas		2019 Pessoas	Varição %
Apuração		4,6		6,5	41%
Vigentes em 2014			Vigentes em 2019		
Obrigações Acessórias:	EFD-ICMS/IPI	5,1	EFD-ICMS/IPI	4,9	-4%
	DCTF	1,5	DCTF	2,0	33%
	DIPJ - Fichas de IPI	1,7			N/A
Pagamento		1,9		2,4	26%

Retenções na Fonte

GETAP

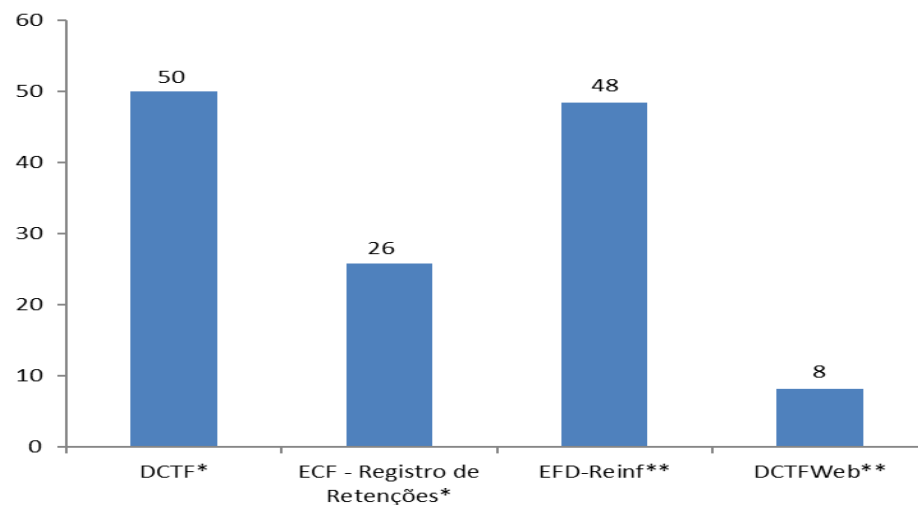
GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

**Retenções na Fonte
Horas por Etapa**



* Horas por ano
** Horas totais

**Retenções na Fonte
Horas por Obrigação Acessória**



* Horas por ano
** Horas por mês

Posição	Dificuldades	Classificação Média
1º	Adaptação e adequação de sistemas	6,33
2º	Complexidade dos processos e controles internos	6,09
3º	Complexidade da obrigação	5,84
4º	Complexidade da legislação	5,58
5º	Acúmulo de declarações com mesma data de entrega	3,98
6º	Prazo exíguo entre a elaboração e a entrega	3,47
7º	Obrigações simples, porém com grande volume de informações	3,37
8º	Não há dificuldades relevantes	1,35

Atividade	Pessoas alocadas
Apuração (Tomador)	2,4
Apuração (Prestador)	1,3
Obrigações Acessórias	
EFD-Reinf	1,9
DCTFWeb	1,5
DCTF	1,6
Pagamento	2,2
Implementação da EFD-Reinf	5,8

Retenções na Fonte

Resultado Comparativo (2014)

Quadro Comparativo - Retenções na Fonte: Horas por ano

Atividade		2014		2019	Variação
		Horas/ano		Horas/ano	%
Compliance de Retenções na Fonte		2,1 mil		2 mil	-3%
		1.436		1.196	-17%
Apuração	Tomador	1.242		995	-20%
	Prestador	194		201	4%
Vigentes em 2014		422	Vigentes em 2019	755	79%
Obrigações Acessórias:	DIRF	309	EFD-Reinf**	576	86%
	DCTF	88	DCTF e DCTFWeb**	146	66%
	DIPJ - Fichas de Retenções	25	ECF - Registro de Retenções	26	4%
Pagamento		228		80	-65%
Implementação da EFD-Reinf* (Horas totais)		-		852	N/A

(*) A atividade de Implementação não compõe as atividades de Compliance.

(**) Projeção de horas demandadas para elaboração e entregas em um ano.

Quadro Comparativo - Retenções na Fonte: Pessoas envolvidas

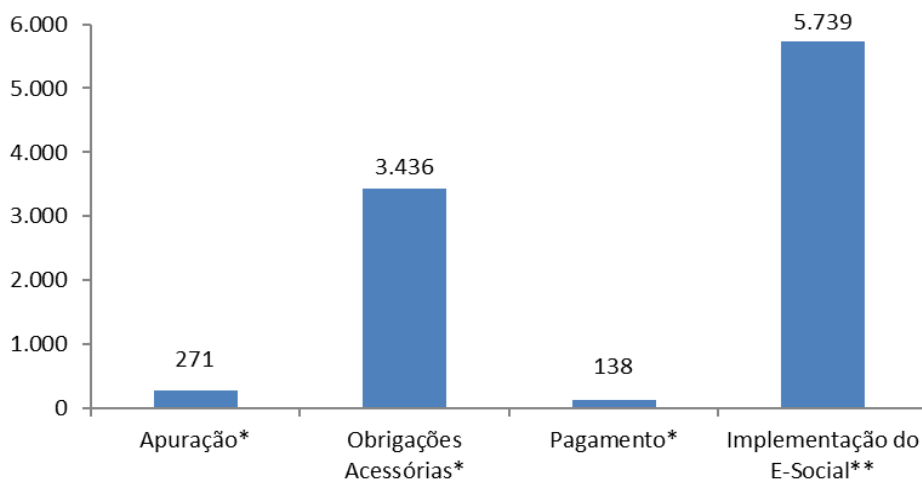
Atividade		2014		2019	Variação
		Pessoas		Pessoas	%
Apuração	Tomador	3,0		2,4	-20%
	Prestador	1,7		1,3	-24%
Vigentes em 2014			Vigentes em 2019		
Obrigações Acessórias:	DIRF	3,2	EFD-Reinf	1,9	-41%
	DCTF	1,5	DCTF	1,6	7%
	DIPJ - Fichas de Retenções	1,6	ECF - Registro de Retenções**	-	N/A
			DCTFWeb	1,5	N/A
Pagamento		2,2		2,2	0%
Implementação da EFD-Reinf*		-		5,8	N/A

(*) A atividade de Implementação não compõe as atividades de Compliance.

(**) Não medido. A mensuração do número de pessoas envolvidas foi realizada considerando a ECF como um todo.

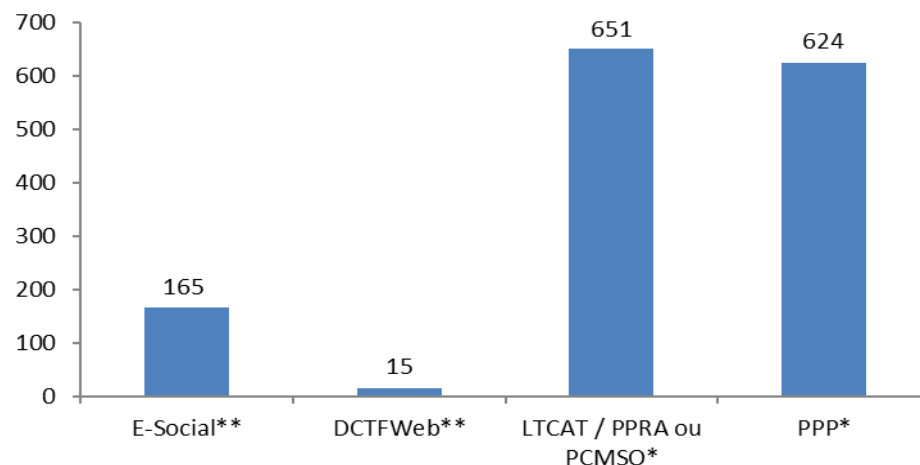
Contribuições Previdenciárias

**Contribuições Previdenciárias
Horas por Etapa**



* Horas por ano
** Horas totais

**Contribuições Previdenciárias
Horas por Obrigação Acessória**



* Horas por ano
** Horas por mês

Posição	Dificuldades	Classificação Média
1ª	Complexidade da obrigação	6,21
2ª	Adaptação e adequação de sistemas	5,93
3ª	Complexidade da legislação	5,77
4ª	Complexidade dos processos e controles internos	5,65
5ª	Obrigações simples, porém com grande volume de informações	3,72
	Prazo exíguo entre a elaboração e a entrega	3,72
6ª	Acúmulo de declarações com mesma data de entrega	3,70
7ª	Não há dificuldades relevantes	1,30

Atividade	Pessoas alocadas
Apuração	1,8
Obrigações Acessórias:	
E-Social	2,8
DCTFWeb	1,5
LTCAT / PPRA ou PCMSO	6,4
PPP	4,2
Pagamento	1,8
Implementação do E-Social	8,8

Contribuições Previdenciárias

Resultado Comparativo (2014)

Quadro Comparativo - Contribuições Previdenciárias: Horas por ano

Atividade		2014		2019	Varição
		Horas/ano		Horas/ano	%
Compliance de Contribuições Previdenciárias		2,5 mil		3,8 mil	51%
Apuração		235		271	15%
Obrigações Acessórias:	Vigentes em 2014	2.198	Vigentes em 2019	3.436	56%
	SEFIP e EFD-Contribuições	298	E-Social**	1.980	564%
	DCTF	18	DCTFWeb**	180	900%
	LTCAT / PPRA ou PCMSO	1.070	LTCAT / PPRA ou PCMSO	651	-39%
	PPP	812	PPP	624	-23%
Pagamento		117		138	18%
Implementação do E-Social* (Horas totais)		-		5.739	N/A

(*) A atividade de Implementação não compõe as atividades de Compliance.

(**) Projeção de horas demandadas para elaboração e entregas em um ano.

Quadro Comparativo - Contribuições Previdenciárias: Pessoas envolvidas

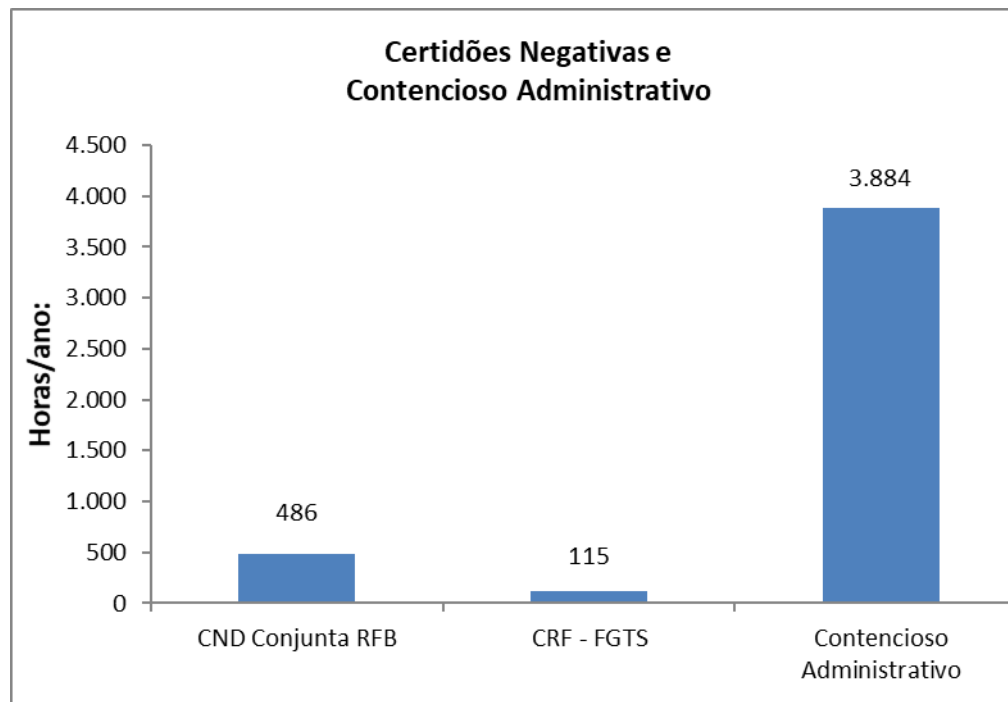
Atividade		2014		2019	Varição
		Pessoas		Pessoas	%
Apuração		1,8		1,8	0%
Obrigações Acessórias:	Vigentes em 2014		Vigentes em 2019		
	SEFIP	1,9	E-Social	2,8	47%
	EFD-Contribuições	1,3			N/A
	DCTF	1,4	DCTFWeb	1,5	7%
	LTCAT / PPRA ou PCMSO	14,8	LTCAT / PPRA ou PCMSO	6,4	-57%
	PPP	3,4	PPP	4,2	24%
Pagamento		1,7		1,8	6%
Implementação do E-Social*		-		8,8	N/A

(*) A atividade de Implementação não compõe as atividades de Compliance.

CND e Contencioso Administrativo

GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS



Atividade	Pessoas alocadas
Certidões Negativas:	
CND Conjunta RFB	2,8
CRF - FGTS	1,6
Contencioso Administrativo	5,4

CND e Contencioso Administrativo

Resultado Comparativo (2014)

Quadro Comparativo - CND e Contencioso Administrativo: Horas por ano

Atividade		2014 Horas/ano		2019 Horas/ano	Varição %
CND	Vigentes em 2014	576	Vigentes em 2019	600	4%
	CND Conjunta RFB/PGFN e INSS	497	CND Conjunta RFB/PGFN/INSS	486	-2%
	CRF - FGTS	79	CRF - FGTS	115	46%
Etapa de Contencioso Administrativo		2.514		3.884	54%

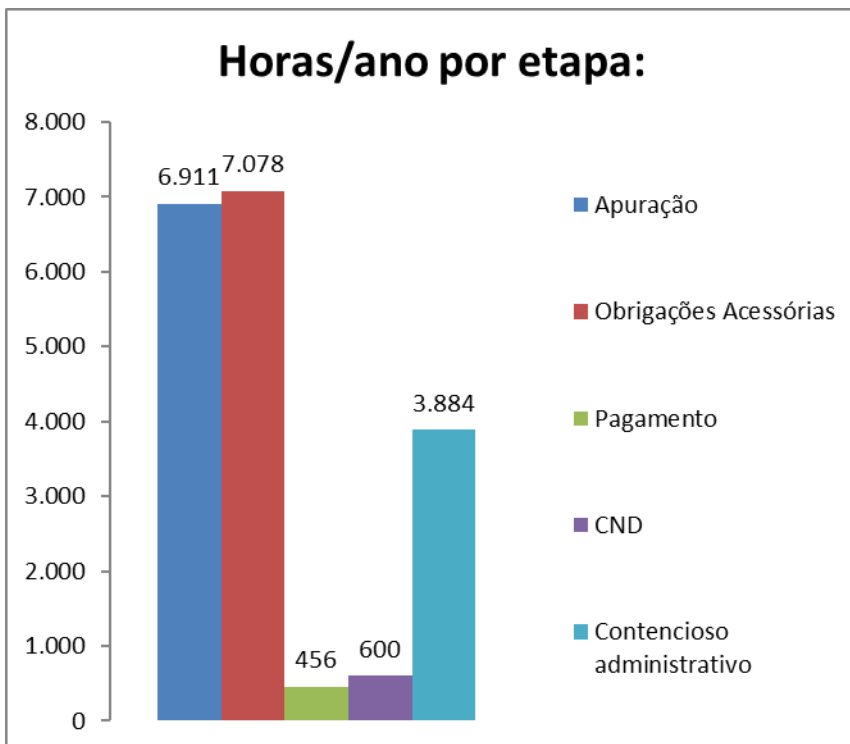
Quadro Comparativo - CND e Contencioso Administrativo: Pessoas envolvidas

Atividade		2014 Pessoas		2019 Pessoas	Varição %
CND	Vigentes em 2014		Vigentes em 2019		
	CND Conjunta RFB/PGFN	3,1	CND Conjunta RFB/PGFN/INSS	2,8	-10%
	CND INSS	2,3			N/A
	CRF - FGTS	1,5	CRF - FGTS	1,6	7%
Etapa de Contencioso Administrativo		4,7		5,4	15%

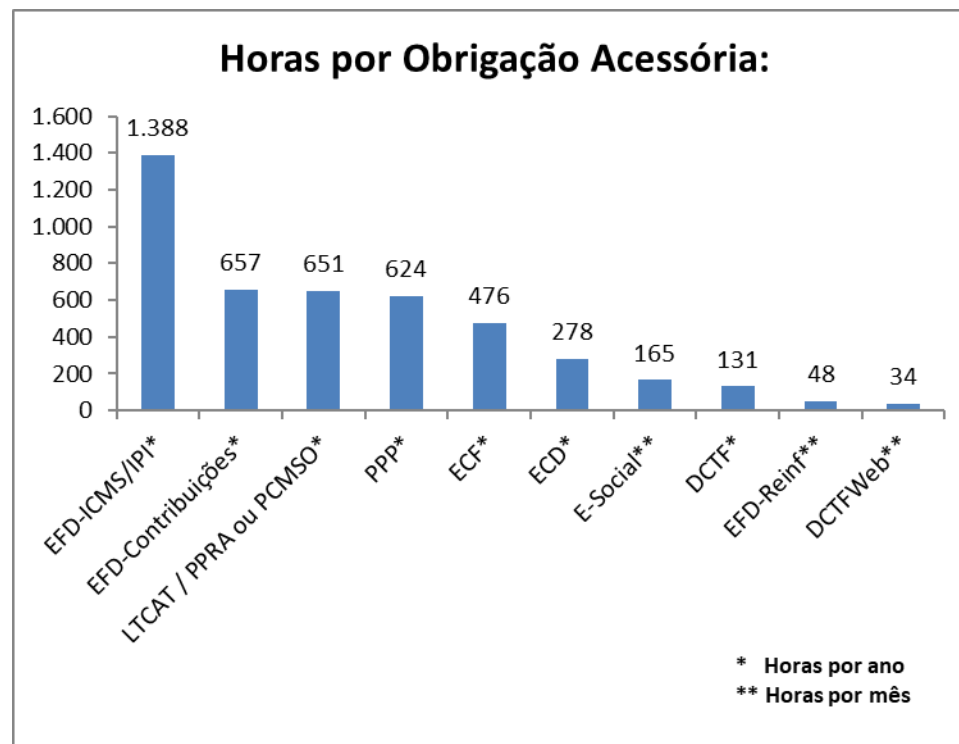
Resultados por Etapa

➤ **Compliance Global:** 18,9 mil horas/ano.

➤ **Resultados Gerais por Etapa:**



➤ **Obrigações Acessórias:**



Resultados por Etapa

Resultado Comparativo (2014)

Quadro Comparativo - Etapas do Compliance: Horas por ano

Atividade	2014 Horas/ano		2019 Horas/ano	Variação %	
Compliance de Tributos Federais	18,6 mil		18,9 mil	2%	
Apuração	8.897		6.911	-22%	
	Vigentes em 2014	5.604	Vigentes em 2019	7.078	26%
Obrigações Acessórias:	DIPJ, LALUR e FCONT	594	ECF	476	-20%
	ECD	304	ECD	278	-9%
	EFD-Contribuições	976	EFD-Contribuições	657	-33%
	EFD-ICMS/IPI	1.724	EFD-ICMS/IPI	1.388	-19%
	SEFIP/GFIP e DIRF	547	E-Social* e EFD-Reinf*	2.556	367%
	LTCAT / PPRA ou PCMSO	1.070	LTCAT / PPRA ou PCMSO	651	-39%
	PPP	812	PPP	624	-23%
	DCTF	181	DCTF e DCTFWeb*	539	198%
Pagamento	991		456	-54%	
CND	576		600	4%	
Contencioso Administrativo	2.514		3.884	54%	

(*) Projeção de horas demandadas para elaboração e entregas em um ano.

Reforma Tributária - IVA

IVA Nacional PEC 45/2019



- IVA Nacional - IBS + Imposto Seletivo
- Substituição de 5 tributos (IPI, ICMS, PIS, COFINS e ISS)
- Transição de 10 anos (regime híbrido no período)
- **Status:** Aprovada na CCJ. Aguardando criação da Comissão Especial

IVA Federal RFB



- IVA Federal: PIS, COFINS, IPI, IOF não regulatório, CSLL (?) + Revogação dos Incentivos
- Transição rápida – 2 a 4 anos
- **Status:** Fase final de elaboração. (apresentação em junho/2019)

IVA Estadual CONFAZ (Comsefaz)



- IVA Estadual e Municipal
- Iniciativa legislativa dos Estados
- **Status:** Em elaboração. Será apresentada como emenda à PEC 45/2019

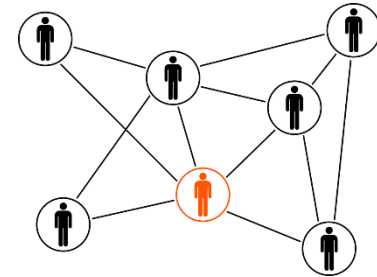
- RFB também está trabalhando na reforma do IRPJ (redução de alíquota + tributação de dividendos – JCP) e desoneração da folha (criação da Contribuição sobre Pagamentos).

GT Reforma Tributária

GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

Atuação do GETAP na Reforma Tributária:



- Criação de GT Reforma Tributária – participação de associados que mostraram interesse + conselheiros + diretoria
- Realizada 1ª reunião do GT em 03/05/2019
- **Status:** análise das propostas e elaboração/discussão dos pilares a serem defendidos

Sugestões de Pilares GETAP (em elaboração)

□ Pressupostos Fundamentais: o que queremos em qualquer proposta tributária

Objetivos

- **Simplificação**
Custo de *compliance*:
Legislação e obrigações acessórias
- **Transparência**
Saber o quanto se está pagando
- **Neutralidade**
Não influencia a decisão do contribuinte
- **Isonomia**
Ambiente que não gere distorções e que permita a competitividade entre as empresas

Competitividade

- **Desonerações:**
exportações, investimentos, setores estratégicos
- **Práticas OCDE?**
- **Incentivos Fiscais e Regimes Especiais?**

Segurança Jurídica

- **Solução dos conflitos de competências**
- **Definição clara e objetiva de conceitos** (fato gerador, base de cálculo, contribuinte, responsabilidade, apuração, creditamento)
- **Direito creditório e restituição:** garantia de utilização e pronta devolução dos créditos

Transição

- **Preservação das relações jurídicas:** planejamentos tributários/incentivos e investimentos de acordo com a sistemática antiga
- **Período para implementação:** ajustado à implementação dos sistemas (documentos fiscais, obrigações acessórias, *layouts*)
- **Modelo:** evitar mudanças nas normas e complexidade de sistemas concomitantes.

Sugestões de Pilares GETAP

(em elaboração)

❑ Tributos Indiretos – no modelo IVA

1. Direito creditório amplo;
2. Não incidência sobre si próprio (cálculo “por fora”);
3. Crédito financeiro com destaque em documento fiscal (“tributo contra tributo”);
4. Fim das retenções / ST (?)
5. Sistemática eficiente e ágil de ressarcimento de créditos, com prazo definido e incidência de juros, inclusive em relação aos créditos do regime jurídico anterior;
6. Tratamento dos Regimes Especiais e Incentivos Fiscais existentes, no que tange à transição em eventual descontinuidade.
7. Período suficiente para início da vigência, a qual deve ocorrer somente após a criação e implementação de todos os layouts de documentos fiscais eletrônicos e obrigações acessórias;
8. Outros: endereçar problemas do passado com relação a restituição de créditos acumulados.

➤ Pilares macro (com ou sem IVA):

1. Reduzir drasticamente o custo de compliance. Simplificação e solução de problemas atuais.
2. Clareza nos conceitos relativos a tomada de créditos, apuração e recolhimento dos tributos.
3. Restituição/compensação eficiente de créditos acumulados.
4. Simplificação expressiva das obrigações acessórias – sistemas e informações prestadas
5. Transição adequada para implementação das alterações que implicarem em modificação de regimes jurídicos e/ou direitos adquiridos.

Sugestões de Pilares GETAP (em elaboração)

□ Tributos Diretos

1. Redução da alíquota de IRPJ em compensação à eventual tributação dos dividendos
2. "Fusão" com a CSLL (?)
3. Tratamento do IR Diferido para não gerar perdas/impactos negativos
4. Manutenção/alteração da natureza do JCP. A depender da alíquota esse ponto pode ser revisto
5. Ampliação da rede de tratados para evitar bitributação
6. Manutenção/melhorias as regras de dedutibilidade do ágio, Melhorias de P&D, Possibilidade de opções tributárias no momento da declaração.
7. Isenção da tributação do lucro no exterior + *CFC rule*
8. Padronização conceitos de paraíso fiscal, regime fiscal privilegiado e subtributação
9. Transfer Price ?
10. Adoção do ruling (?)

□ Outros pontos da agenda do GETAP: procedimentais

1. Anterioridade das obrigações acessórias: pelo menos 6 meses para implementar nova obrigação
2. Reforma e simplificação do instituto da compensação tributária.
3. Simplificação para obtenção de CND

Sumário

- **Apresentação e validação dos resultados da 2ª Pesquisa de Compliance Tributário Federal**

Foi apresentado ao grupo os resultados da Pesquisa de Compliance Federal, com vistas a sua validação pela Comissão. Em geral, o grupo entendeu que os resultados apresentados refletem a realidade que a pesquisa propõe medir. Durante as discussões no que tange à comparação com os resultados da pesquisa anterior, realizada em 2014, alguns comentários e destaques foram colocados pelo grupo, principalmente com relação ao momento econômico, com desaceleração da atividade empresarial, curva de aprendizagem e investimento em automação de processos, o que pode ter contribuído para a redução do número de horas e de pessoas envolvidas em algumas atividades de compliance. Além disso, também se destacou o elevado número para implementação de novas obrigações acessórias (E-Social e EFD-Reinf) bem como o elevado número de horas demandado para elaborá-las.

Como próximos passos, o grupo ficou de analisar os resultados com mais detalhe para enviar seus *insights* acerca dos resultados obtidos comparativamente aos da pesquisa anterior, com vistas a justificar as variações encontradas. **O prazo para envio dos comentários ficou estabelecido para o dia 31/05/2019** e podem ser enviados diretamente para andre.bizarro@getap.org.br

- **Update da Reforma Tributária e dos trabalhos do GT de Reforma Tributária**

Foi apresentado o atual andamento da PEC 45/2019 e as perspectivas, notadamente com a possível apresentação da proposta da RFB (IVA-Federal) e proposta de emenda de iniciativa dos Estados (Comsefaz) (IVA-Estadual, sem participação da União). Além disso, foi destacada a atuação do GETAP com relação à criação de Grupo de Trabalho (GT) e o andamento das atividades realizadas por este grupo.

Backup slides

GT Reforma Tributária

GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

GT de Reforma Tributária: Integrantes

EMPRESA	REPRESENTANTE
ADM	Marcelo Kenji Aoyagi
AMBEV	Letícia Rudge Barbosa Kina
ARCELORMITTAL	Patrícia Regina Rodrigues Cúrcio Gontijo
BASF	Carolina Siqueira Monteiro de Andrade
BRASKEM	Oswaldo Aparecido Lobato/Valter Pedrosa Barreto Junior
C&A	Thiago Figo
CARGILL	Andrea Wanderley dos Anjos Rosati
DOW	Bruna Pelegrino Gentile
FIAT DO BRASIL	Plínio Trópia Barreto
GE	Leticia A. Torres
GM	Marina de Mesquita Willisch
KLABIN	Bruna Camargo Ferrari
LORÉAL	Rosmari Capra Sales
PETROBRÁS	Cristiano Gadelha Vidal Campelo/Luís Eduardo Queiroz Castello
REPSOL	Gilberta Maria Lucchesi
SANOFI-AVENTIS	Virgínia Correia Robulo Tavares
SHELL	Isabel Mendes
TAM	Bruno Macarenco Aléssio
TELEFONICA	Ivone Parente Teixeira Zoppello/Vasco Gruber Franco
UHG	Alfredo Teixeira Neto
UNILEVER	Vanessa Regina Antunes Toro
VOTORANTIM	Maurício Stella Mussi
WHIRLPOOL	Ricardo O. Silva
CONSELHEIROS	Todos (4)

Proposta do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF)

Proposta busca equacionar dificuldades de uma reforma ampla sem comprometer a qualidade do resultado

Objetivo: substituição de cinco tributos atuais por um único imposto do tipo IVA

PIS/Cofins/IPI/ICMS/ISS

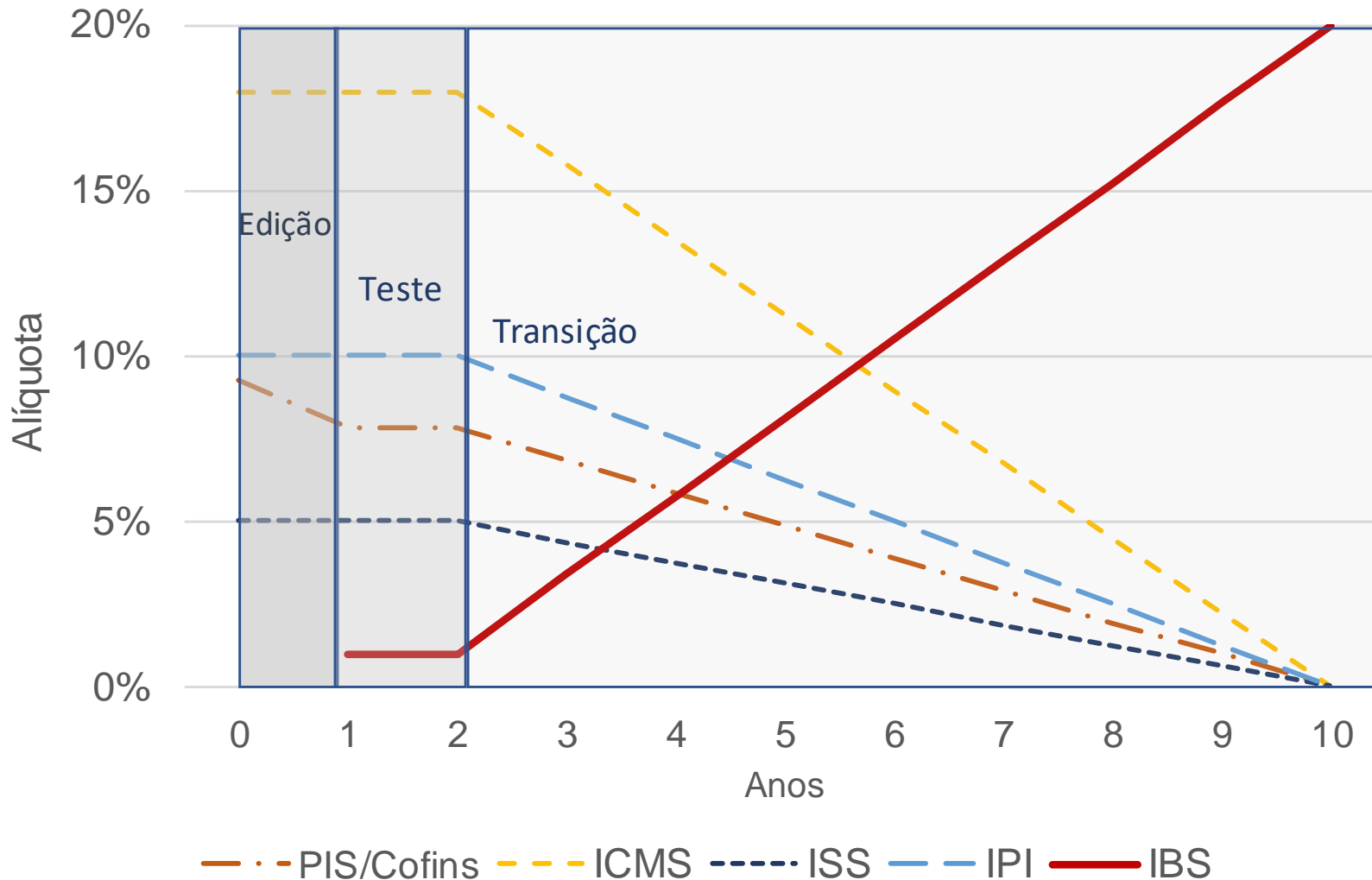


Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)

O modelo seria complementado por um imposto seletivo, federal, com incidência monofásica sobre bens e serviços com externalidades negativas (p.ex. cigarros)

Proposta CCiF

Transição



Período de teste

- Ajustes operacionais
- Identificação do potencial de arrecadação do IBS permite transição mantendo a carga tributária

Razões para a transição longa

- Adaptação das empresas que realizaram investimentos
- Ajuste de preços relativos

Transição deve ser curta o suficiente para que novos investimentos sejam feitos com base no IBS

Principais características do IBS

- Incidência não-cumulativa sobre base ampla de bens, serviços e intangíveis
- Desoneração completa das exportações
- Ressarcimento tempestivo de créditos (60 dias)
- Crédito integral e imediato para investimentos
- Crédito amplo (exceção: consumo pessoal)
- Incidência sobre o preço líquido de tributos
- **Arrecadação centralizada e distribuição da receita para a União, os Estados e os Municípios**

Alíquota e regimes especiais

Propõe-se que a alíquota do IBS seja uniforme para todos bens e serviços

- Proposta é politicamente complexa, mas benefícios são grandes
- O fato de um setor ser menos tributado hoje não é motivo suficiente para alíquota menor no IBS

O IBS não deve ter qualquer benefício fiscal

Mínimo possível de regimes especiais

- Substituição tributária limitada a casos clássicos

O objetivo do IBS deve ser o de arrecadar

- Outros objetivos de políticas públicas (sociais/regionais/setoriais) são alcançados de forma mais eficiente através de outros instrumentos
- Para reduzir a regressividade do IBS, ao invés da desoneração da cesta básica propõe-se a adoção do modelo de “isenções personalizadas”
 - Cruzamento das informações do CPF fornecido na emissão da nota fiscal com o cadastro único utilizado na gestão dos programas sociais

Estados e Municípios terão autonomia na fixação de sua parcela da alíquota do IBS

- Alíquota pode ser fixada acima ou abaixo da alíquota de referência (que repõe a receita do ICMS/ISS)
- Operações interestaduais e intermunicipais: alíquota do destino

Distribuição da receita, após transição, será proporcional ao consumo (princípio do destino)

- Distribuição feita com base no imposto apurado por Estado/Município, ajustado pelas transações interestaduais/intermunicipais

Transição para Estados e Municípios

Transição na distribuição da receita entre Estados e Municípios será feita ao longo de 50 anos

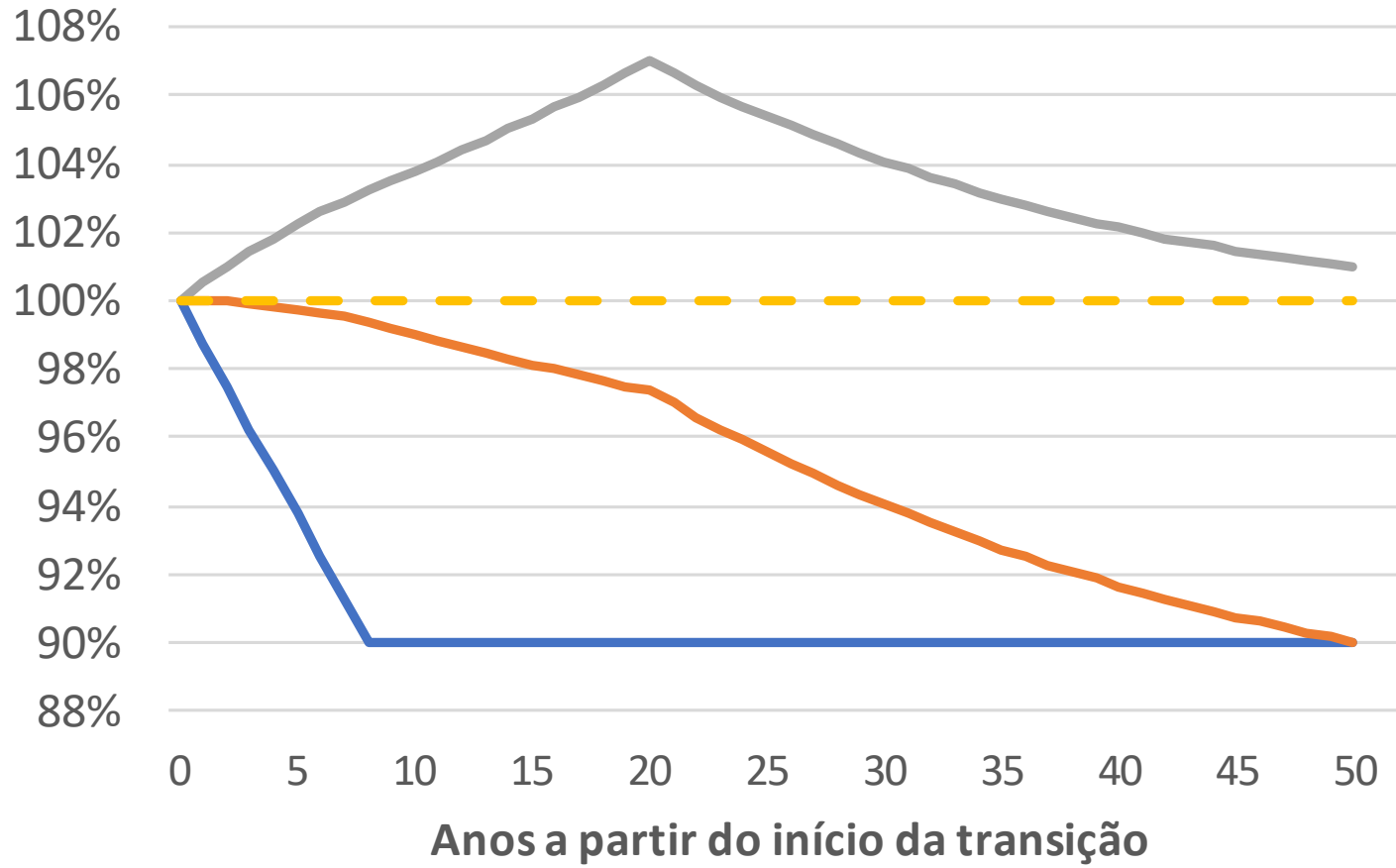
- 20 anos iniciais: manutenção da receita atual, corrigida pela inflação
 - Apenas crescimento real da receita será distribuído pelo destino
- 30 anos seguintes: convergência para o destino

Redução das desigualdades exige reforço da Política de Desenvolvimento Regional

- Recursos da União, idealmente aplicados em formas eficientes de redução das desigualdade

Transição para Estados e Municípios

Exemplo para estado "perdedor"



- Sem ajuste
- Com ajuste
- Ajuste e crescimento
- Sem reforma

Para reduzir a rigidez orçamentária, propõe-se a substituição do atual modelo de vinculações e partilhas

Alíquotas federal, estadual e municipal do IBS serão a soma de várias alíquotas singulares:

- **Federal:** destinações atuais do PIS, Cofins e IPI
- **Estaduais:** destinações atuais do ICMS
- **Municipais:** destinações atuais do ISS

Alíquotas singulares poderão ser alteradas por lei da respectiva unidade federada

- Pisos para receitas de outras unidades federadas e para a soma de educação e saúde

Proposta CCiF

Alíquotas singulares

	Alíquota Singular	Tributo Atual
Alíquota total	25%	
Gerenciável pela União	9,2%	
Parcela Federal		
Livre	2,90%	PIS/Cofins e IPI
Seguridade Social	4,63%	Cofins
FAT - Seg. Des. e Abono	0,58%	PIS
FAT - BNDES	0,39%	
Fundos Regionais	0,04%	IPI
Parcela Estadual		
FPE	0,26%	
FPEx	0,12%	
Parcela Municipal		
FPM	0,30%	

Proposta CCiF

Alíquotas singulares

	Alíquota Singular	Tributo Atual
Gerenciável pelos Estados	13,8%	
Parcela Estadual		ICMS
Educação	2,58%	
Saúde	1,24%	
Livre	6,51%	
Parcela Municipal		
Cota Parte	3,44%	
Gerenciável pelos Municípios	2,0%	
Parcela Municipal		ISS
Educação	0,50%	
Saúde	0,30%	
Livre	1,21%	

Interação com regimes simplificados

- **Empresas do SIMPLES teriam duas opções**
 - Manter o regime atual, sem apropriação ou transferência de créditos
 - Adesão integral ao IBS, com redução da alíquota do SIMPLES correspondente aos cinco tributos substituídos pelo IBS
- **Empresas do lucro presumido: regime normal do imposto**

Proposta CCiF

Legislação e gestão do IBS

- Legislação e regulamento: nacionais
- Arrecadação gerida por Comitê Gestor Nacional (representantes das três esferas de governo)
- Cobrança e Fiscalização: coordenada e uniformizada entre União, Estados e Municípios
 - Interpretação/consulta: Comitê Gestor Nacional
- Contencioso administrativo (específico para o IBS)
 - Modelo está em discussão
 - Representação dos fiscos da União/Est/Munic
- Contencioso judicial: federal

Saldo de créditos acumulados dos tributos atuais seria securitizado e pago em prazo longo

Simplicidade do modelo pode permitir mudanças significativas na forma de apuração e lançamento

- Possibilidade de lançamento de ofício para micro e pequenas empresas

Está sendo avaliada a possibilidade de cobrança do imposto vinculada ao pagamento

- Exige integração entre instrumentos de pagamento e documentos fiscais

Modelo proposto pelo CCiF busca contornar as dificuldades da migração para o modelo IVA e mitigar resistências à mudança

Benefícios da mudança são relevantes

- Melhoria do ambiente de negócios
- Aumento da produtividade e do PIB potencial
- Aumento do investimento
- Transparência para os contribuintes

**Proposta de Reforma
do Modelo Brasileiro de
Tributação de Bens e
Serviços**